

DIGORESTE

O jornal do Judiciário de MT



Edição nº 06 | Abril/2014

Justiça chega ao cidadão



Administração reforça o Programa Justiça Comunitária para facilitar o acesso à Justiça da população mais carente.

Páginas 4 e 5



Aposentadoria

Conheça alternativas para o fim da carreira

Página 2



JEI

Juizado Especial Itinerante Retoma serviço em Acorizal

Página 8

Produtividade

Corregedoria estabelece metas para todas unidades judiciárias

Página 3

Editorial

Aproximar o Poder Judiciário da população, principalmente a mais carente, tem sido prioridade da atual gestão. Por esse motivo, neste mês de abril, o nosso informativo dá um destaque especial a dois programas que levam a Justiça até o povo.

Um é o Justiça Comunitária, que tem, entre outros objetivos, o de levar informação jurídica informal ao cidadão. O outro é o Juizado Especial Itinerante, o JEI, que voltou a funcionar após dois anos de paralisação e iniciou os trabalhos no município de Acorizal.

E como levar à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente também faz parte das metas da

atual administração, o leitor vai conhecer um pouco mais sobre um provimento da Corregedoria-Geral da Justiça, que estabeleceu meta anual de produtividade para todas as unidades judiciárias do Estado.

Para finalizar, pensando no futuro das pessoas que dedicaram uma vida inteira ao trabalho na Justiça Estadual, a Coordenadoria de Recursos Humanos explica um pouco como funciona o Projeto Seguir em Frente, que trata da aposentadoria. O servidor vai aprender também a cuidar da voz, no mês dedicado a ela.

Boa leitura!

Institucional

Aposentadoria sem estresse

Investir em quem dedicou a vida toda à justiça, oferecendo conhecimento sobre finanças e planejamento pós-aposentadoria é o que pretende a Coordenadoria de Recursos Humanos com o projeto Seguir em Frente. As atividades ganharam vida quando o setor percebeu que alguns servidores ao chegarem perto de findar a carreira se sentiam inseguros frente a um futuro totalmente novo e incerto. A solução encontrada foi ajudar os 186 futuros aposentados, até 2015, a fazer essa transição com segurança, informação e planejamento.

Para alcançar o objetivo, o Seguir em Frente foi desenvolvido em três etapas. A primeira trata sobre os aspectos legais da aposentadoria e a situação funcional dos servidores. A segunda, que será desenvolvida neste mês, vai falar sobre os cuidados com a saúde emocional e física a fim de enfrentar a diminuição do ritmo com qualidade de vida. Já a última etapa vai mostrar que a aposentadoria não é o fim da vida profissional, apresentando formas de empreender e descobrir novas profissões.

“Nós trabalhamos sempre para garantir a qualidade de vida do servidor e este projeto foca especialmente naquele que vai encerrar a carreira na justiça estadual. O intuito é realmente mostrar que depois

de tanto tempo prestando serviço aos jurisdicionados, é hora de começar uma nova fase saudável financeiramente, fisicamente e mentalmente. A vida não acaba”, diz a coordenadora de RH, Renata Bueno.

Todas as palestras oferecidas trimestralmente são realizadas na Escola dos Servidores, em Cuiabá. Elas são gravadas para futuramente serem disponibilizadas como vídeo-aula para o interior do Estado.



Dicas para a nova vida:

- 1 - Documente todos os planos para o futuro;
- 2 - Calcule quanto quer receber mensalmente após aposentado;
- 3 - Evite depender somente da aposentadoria do INSS;
- 4 - Invista em um plano de previdência privada ou em um empreendimento que possa complementar sua renda após a aposentadoria;
- 5 - Gaste menos do que ganha hoje;
- 6 - Invista mais caso receba valor extra e menos quando tiver despesa excessiva;
- 7 - Caso constate que não conseguirá juntar o que precisa até a aposentadoria, reveja seus planos e aposente mais tarde;
- 8 - Reveja e adéqüe periodicamente seu planejamento;

Fonte: infomoney.com.br

Direto aos Fatos

O Pleno do TJMT aprovou por unanimidade o reajuste de 5,56% na tabela de subsídios dos servidores do Poder Judiciário. O reajuste está previsto no Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores (Lei 8.814/2008). A data base de reajuste será no mês de maio.

Na Segunda Vara Criminal do Fórum de Cuiabá começará a funcionar o Núcleo de Execuções Penais da Grande Cuiabá, que abrangerá as respectivas varas de Cuiabá e Várzea Grande. O objetivo é dar mais celeridade, além de humanizar os processos dos reeducandos.

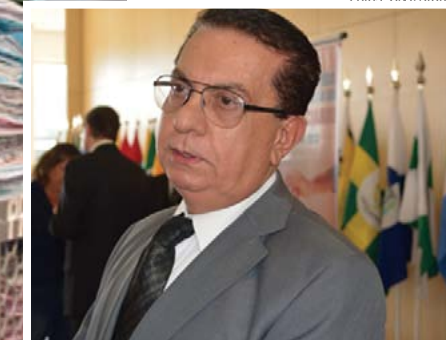
Mais duas comarcas, Água Boa e Nova Xavantina, foram contempladas em março com a instalação de centros judiciários de conciliação e mediação. Ambas planejam estreitar os centros com a realização de mutirões de execução fiscal dos municípios, mas ainda vão assinar o Termo de Parceria com a Prefeitura e definir data para os eventos.

Pelas Comarcas



Trimestralmente a Corregedoria vai fazer um comparativo para avaliar o grau de evolução de cada vara judicial

Fonte: CNI/Arquivado



Sebastião de Moraes Filho

Corregedoria fixa metas de produtividade para varas

Já está em vigor o Provimento nº 22/2014 da Corregedoria-Geral da Justiça, que estabelece a meta anual de produtividade para todas as unidades judiciárias do Estado. Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Sebastião de Moraes Filho, o objetivo dessa iniciativa é fornecer à sociedade uma melhor prestação jurisdicional, garantindo o devido acesso à Justiça, e, conseqüentemente, melhorar o posicionamento do Judiciário de Mato Grosso no ranking nacional.

O documento estabelece o Índice de Produtividade Sentencial (IPS) do Primeiro Grau de Jurisdição, que visa mensurar a produtividade das varas do Estado, estimular a cultura gerencial focada em resultados e também melhorar o desempenho percebido pela sociedade no tocante aos serviços prestados pela Justiça de Primeiro Grau. A CGJ estipulou a meta de acordo com o IPS de cada unidade, tendo por parâmetro o ano-base de 2013, com objetivo de adequar a produção de sentenças à distribuição e ao acervo processual.

O IPS permite analisar a produtividade de acordos homologados e sentenças proferidas por cada unidade judiciária durante um ano específico ou ao longo dos anos. Na elaboração do índice, as unidades similares foram agrupadas considerando duas características fundamentais: tipo de entrância (Primeira, Segunda, Terceira e Especial) e competência da

materia processual julgada (cível ou criminal).

Os percentuais de crescimento do IPS em relação ao ano de 2013 foram determinados de acordo com a produção sentencial de cada unidade sob a ótica das faixas de produtividade. Assim, as unidades judiciárias situadas na mesma faixa de produtividade possuem metas idênticas (confira quadro abaixo).

A meta para as varas judiciais foi fixada para o período de um ano, mas o acompanhamento será feito a cada três meses. Tri-

mestralmente a Corregedoria vai fazer um comparativo para avaliar o grau de evolução de cada vara judicial.

A criação de metas específicas a serem seguidas pelas varas judiciais vai auxiliar a atual administração do Judiciário a verificar a realidade de cada unidade e o patamar a que se pretende chegar.

O Provimento nº 22/2014 está disponível na edição nº 9270 do Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

DEFINIÇÃO DE METAS

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE SENTENCIAL	METAS DE CRESCIMENTO DO IPS
Altíssima Produtividade	10%
Alta Produtividade	17%
Média Produtividade	32%
Baixa Produtividade	55%
Baixíssima Produtividade	89%



Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015

Presidente

Orlando de Almeida Perri

Vice-presidente

Márcio Vidal

Corregedor-Geral da Justiça

Sebastião de Moraes Filho

Produção

Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT

Edição

Nadja Vasques

Redação

Janã Pinheiro, Keila Maressa e Lígia Saito

Participe

Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br

Justiça Comunitária

Justiça ao alcance de todos

O Programa Justiça Comunitária, do Poder Judiciário de Mato Grosso, está passando por uma reformulação em 2014 visando melhorar o atendimento e se aproximar ainda mais da comunidade carente, seu público alvo. Os postos de apoio ao cidadão estão sendo redistribuídos em pontos estratégicos das quatro regiões da cidade, para que nenhuma fique desassistida.

Outra novidade é a definição de data e horário de atendimento, que será aos sábados, de manhã e à tarde, para atingir os trabalhadores, que durante a semana não têm tempo de esclarecer suas dúvidas ou resolver seus problemas quando o assunto é Justiça.

Para a juíza Gleide Bispo dos Santos, coordenadora do programa no biênio 2013/2015, embora o número de postos de atendimentos vá diminuir, eles agora estarão em locais de mais fácil acesso e terão mais estrutura e pessoal para auxiliar a população. Cuiabá possui 23 agentes comunitários de Justiça. Somando Guia e Acorizal, são 28.

A magistrada também considera importante estabelecer dia e horário de atendimento nos postos, para que a população se acostume a utilizar o serviço e transforme isso numa rotina. "Queremos educar os moradores, para que eles utilizem mais o serviço,



Juíza Gleide Bispo

A publicação será distribuída nos bairros por meio de igrejas, associações de moradores e escolas. "Nosso objetivo é que cada família tenha uma cartilha em casa", disse a magistrada.

O conteúdo terá linguagem acessível e trará informações sobre problemas enfrentados pela maior parte da população no dia a dia, como direitos da infância, direito do trabalho, previdência, família, responsabilidade civil, violência doméstica, entre outros. Fornecerá ainda informações sobre onde procurar os trabalhos que

e informem aos seus vizinhos, amigos, o que a Justiça Comunitária oferece".

Para auxiliar na divulgação, o programa lançará uma cartilha explicativa com todas as orientações fornecidas pelos agentes comunitários de Justiça, que consiste basicamente em informação jurídica informal.

Novos postos da JC em Cuiabá

REGIÃO NORTE

- Base da Polícia Militar do bairro Jardim Vitória
Endereço: Avenida B, s/nº
- 7ª Companhia Comunitária do CPA (Complexo Lagoa Encantada)
Endereço: Avenida Ulisses Guimarães s/nº, bairro CPA 3
- Escola Municipal Prof.ª Gracilides Melo Dantas
Endereço: Rua 15, quadra 60, s/nº, bairro Altos da Glória

REGIÃO SUL

- Cras do bairro Nova Esperança I
Endereço: Rua J, s/nº (Próximo à escola Jesus Criança)
- Base Comunitária da PM do Pedra 90
Endereço: Avenida Coronel Escolástico, nº 346
- Delegacia Regional de Cuiabá
Endereço: Rodovia BR 364, km 12, bairro São Mateus

REGIÃO LESTE

- Em análise local para instalação no bairro Planalto

REGIÃO OESTE

- Base da Polícia Militar do bairro Santa Izabel
Endereço: Avenida Principal, s/nº
- Escola Estadual Rodolfo Augusto
Endereço: Residencial Paiguás, quadra 9

Mutirões poupam tempo e dinheiro

Os mutirões realizados pela Justiça Comunitária são a forma encontrada pelo programa para concentrar, em um só dia e local, diversos serviços, facilitando a vida do cidadão, que economiza tempo e dinheiro com deslocamento. A escolha do espaço sempre se dá em razão da falta de infraestrutura do bairro ou região e da dificuldade daquela comunidade em receber assistência dos poderes constituídos.

Para esses mutirões também são chamados parceiros, para que juntos com o Poder Judiciário atendam às demandas da população carente. Os que sempre participam são: Defensoria Pública, Sine, Politec, Polícia Judiciária Civil, Universidade Federal de Mato Grosso, Conselho Tutelar, Prefeitura de Cuiabá, por meio de suas secretarias, e INSS.

No dia 8 de fevereiro, a Justiça Comunitária realizou o primeiro muti-

rão de 2014, no Distrito da Guia. Cerca de mil pessoas foram atendidas nos mais diversos serviços, entre eles orientação jurídica, transferência de título de eleitor, RG, conciliação de débitos com a Rede Cemat, inclusão em programas sociais como o Bolsa-Família, cartão SUS, atendimento médico ou mesmo um corte de cabelo.

A primeira pessoa a ser atendida no mutirão foi a aposentada Eleicy Maria Miranda, 64. Ela chegou ao local às 5h da manhã para tirar a 2ª via da carteira de identidade e transferir o título de eleitor. "Foi ótimo ser atendida perto de casa e poder fazer as duas coisas de uma vez só", disse a dona de casa.

Segundo a coordenadora do Programa Justiça Comunitária, juíza Gleide Bispo dos Santos, a prestação de serviços é uma face do mutirão, que visa aproximar o Poder Judiciário do cidadão mais carente. A outra é a reunião realizada no mesmo local com os secretários municipais e que têm por objetivo transformar a realidade da comunidade, trazendo benefícios como escolas, creches, asfalto, ou outras necessidades locais.



Eleicy Maria Miranda

Ascom/TJMT

Calendário dos mutirões de 2014 em Cuiabá

- 26/04 - bairro 1º de Março (Escola Aristotelino Alves Praeiro)
- 24/05 - bairro Planalto (local a definir)
- 19/07 - bairro Santa Izabel (local a definir)
- 20/09 - região Sul (local a definir)
- 24/05 - região do CPA (local a definir)

Agentes recebem capacitação mensal

Uma vez por mês, os 28 agentes da Justiça Comunitária de Cuiabá, Guia e Acorizal, recebem capacitação sobre um tema que faz parte da sua rotina de atendimento. Quem sugere o assunto das palestras são os próprios agentes, baseados nos questionamentos que recebem da população durante a sua rotina de trabalho e muitas vezes não se sentem preparados para responder.

A decisão final cabe à juíza coordenadora do programa, Gleide Bispo dos Santos, que considera a relevância e importância do tema para o desenvolvimento dos trabalhos. Também é ela que define quem será o palestrante, normalmente



Ascom/TJMT

uma pessoa com profundo conhecimento do assunto a ser tratado, que pode ser um magistrado, um defensor público, um promotor, ou um professor da UFMT.

A última capacitação, realizada no dia 30 de março, teve uma novidade. A participação de 20 conselheiros tutelares. Eles foram convidados porque o tema da palestra, 'Alienação Parental', também é inerente à atuação dos conselheiros. A palestra foi ministrada pela juíza da 1ª Vara Especializada em Direitos da Família e Sucessões de Cuiabá, Ângela Gimenez.

A magistrada apresentou um documentário com depoimentos verídicos de pais e filhos que viveram o problema. O tema emocionou os participantes, já que a maior parte deles disse já ter se deparado com situação desse tipo durante um atendimento. As próximas capacitações irão tratar de adoção e violência doméstica.

Referência na comunidade

A técnica administrativa Aletícia Dias Alves de Souza Bonfim, 30, atua como agente comunitária da Justiça há 3 anos e 5 meses e já se tornou referência no bairro onde mora, o Pedra 90. Soube do programa na escola onde trabalhava, por meio de um panfleto, e decidiu se candidatar.

Naquele momento, Aletícia havia acabado de perder o irmão, assassinado, supostamente por envolvimento com drogas. A vontade de entender o que aconteceu dentro da sua própria família, evitar que o mesmo ocorresse em outros lares e o desejo de conhecimento foram fundamentais para a decisão de querer atuar como agente.

Aletícia não escolhe sua clientela. Seja no posto de apoio, seja em sua própria casa, ela sempre procura auxiliar em tudo o que pode e fazer o encaminhamento para que a pessoa obtenha o serviço que está procurando. A maior parte busca coisas simples, como documentação, pensão alimentícia ou divórcio, mas não sabe sequer por onde começar a mexer com a papelada.

"As pessoas não têm condições financeiras para tirar um

documento e às vezes não sabem nem onde procurar atendimento gratuito", explica. Depois de tantos anos no programa, Aletícia sabe que há muitas maneiras de auxiliar o próximo e que na maior parte das vezes não é com dinheiro, basta uma orientação.

Casada, mãe de dois filhos, Aletícia trabalha fora, fez faculdade de gestão em pessoas e hoje cursa pós-graduação. Mas nem todas essas atribuições impedem que ela dedique o sábado inteiro para o atendimento no novo posto da Justiça Comunitária do bairro Pedra 90, que funciona na Base Comunitária da PM. Além do atendimento no posto, em casa ou na residência dos vizinhos, Aletícia precisa vir ao Tribunal de Justiça uma vez por semana para assinar a lista de presença e mostrar os atendimentos que fez. Uma vez por mês também vem ao TJMT para participar das capacitações. O trabalho pode ser considerado voluntário, já que ela recebe uma ajuda de custo de R\$ 200, dinheiro que gasta basicamente com transporte.

Vivendo em uma casa humilde que ela vai reformando aos poucos, Aletícia não

Agente Aletícia Dias Alves de Souza Bonfim atende Cleonice dos Santos Makohin



Ascom/TJMT

objetiva lucro. Sua vontade é de ajudar o próximo. "Me sinto feliz de poder colaborar de alguma forma", observa.

"Se precisar procuro de novo"

Cleonice dos Santos Makohin, 29, moradora do bairro Pedra 90, procurou a agente comunitária Aletícia Bonfim pela primeira vez para conseguir uma pensão alimentícia para a filha de 9 anos. O reconhecimento paterno a menina já tinha, mas mesmo assim o pai se negava a legalizar a pensão.

Tempos depois, ao ficar desempregada, Cleonice percebeu que havia perdido a carteira de identidade. Sem dinheiro para tirar a segunda via do documento foi buscar orientação com Aletícia, que a encaminhou à Casa Cidadã, da Assembleia Legislativa, onde ela tirou o documento de graça.

Cleonice, que nem sabia da existência do serviço, ficou admirada com a rapidez. Sete dias depois estava com o documento na mão e pronta para buscar um novo trabalho. "Se precisar procuro de novo", diz Cleonice, sobre o atendimento prestado por Aletícia.

TRE/MT é destaque no cenário nacional

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT) foi destaque no cenário nacional pela elaboração do Planejamento Integrado para as Eleições 2014, uma documentação detalhada de cada uma das etapas a serem executadas no pleito deste ano. Aprovado pelo Pleno do TRE um ano antes das eleições, o planejamento foi elogiado pelo Escritório Corporativo de Projetos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sobre esse e outros assuntos o presidente do TRE de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, fala ao Digoreste.

A que se deve esse reconhecimento?

Esse reconhecimento deve-se a uma inovação que implementamos na Justiça Eleitoral, que foi o planejamento estratégico para as eleições de 2014. Providenciado com um ano de antecedência, contou com todo o corpo de servidores do TRE, um trabalho feito em equipe. Como ainda não haviam feito no país um planejamento tão detalhado quanto este para as eleições de 2014, o trabalho do TRE foi reconhecido.

O orçamento destinado pelo Superior Tribunal Eleitoral para as eleições deste ano atenderá às necessidades do TRE?

Nós tínhamos previsto R\$ 16.858.591, dando, em média, R\$ 7,11 por eleitor, entretanto o Tribunal Superior Eleitoral, fazendo a revisão desse nosso planejamento, disponibilizou para gasto com pessoal de R\$ 4.694.052 e custeio de R\$ 8.908.615, num total R\$ 13.612.727.

Tivemos que fazer um corte nesse planejamento, uma adequação na segunda edição do planejamento estratégico para adaptarmos os gastos dentro do

que foi disponibilizado pelo TSE.

Como está a questão orçamentária do TRE atualmente?

A questão orçamentária ordinária, vamos assim dizer, tem sido satisfatória, inclusive os aportes orçamentários que foram do ano anterior. Este ano alcançamos todas as metas, aplicando todos os recursos, inclusive esse ponto mereceu destaque por parte do TSE.

E com relação ao atendimento ao eleitor, em quais locais ele pode acessar os serviços da Justiça Eleitoral?

Nas zonas eleitorais. Aqui em Cuiabá nós temos a Casa da Democracia, que possui uma Central de Atendimento ao Eleitor. Além disso, o eleitor pode buscar atendimento nas 60 zonas eleitorais. Naquelas que não são zonas nós temos

os pontos eleitorais e aqui eu trago uma

novidade, que é a emissão de título no próprio posto eleitoral. Inauguramos recentemente um Posto em General Carneiro, onde o eleitor se dirige ao local e ali recebe em 15 minutos seu título de eleitor.

Faz parte também das ações do TRE a conscientização do cidadão, do eleitor. Como funciona



Ascom/TJMT

o programa Voto Consciente?

Nós temos uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação, a Seduc, desde 2011. Essa parceria consiste na execução de ações perante a comunidade escolar que desejam propagar os conceitos de cidadania e exercício da democracia. A desembargadora Maria Helena Póvoas está à frente do Projeto Voto Consciente, levando às escolas a conscientização para o eleitor, principalmente para que ele tenha em mente o valor que o voto representa para a democracia do país.

O que é o Programa Mesário Voluntário?

As eleições são de interesse de toda a comunidade e a convocação de milhares de pessoas da sociedade contribui para a transparência do processo. O Projeto Mesário Voluntário ajuda a conscientizar essas pessoas que a participação delas no processo eleitoral só irá engrandecê-las enquanto cidadãs. O trabalho dos mesários, juntamente com o dos funcionários da Justiça Eleitoral, garante que a vontade do eleitor seja respeitada e a democracia fortalecida.

A resolução dos conflitos e função judicial no contemporâneo estado de direito



Escrita por Rodolfo Mancuso, essa obra analisa criticamente a função judicial no Estado brasileiro com o objetivo de apresentar as principais falhas e contribuir para uma redefinição ou uma correção de rumos nos conceitos de jurisdição e acesso à Justiça. Segundo o autor, para melhorar a qualidade na resolução de conflitos é necessária a adoção de uma política judiciária que passa pela capacitação dos órgãos capacitados à composição justa do conflito.

Panorama das eleições em MT

60 zonas eleitorais

2.186.166 eleitores

1.578 locais de votação

6.148 seções

OUIDORIA ELEITORAL
Ligue 148

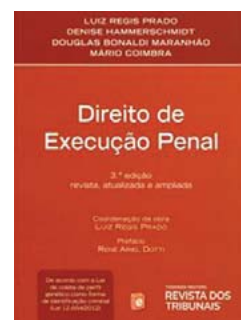
TJ Recomenda



Dano moral e sua reparação civil

Américo Luís Martins da Silva desenvolve nesta obra um minucioso estudo baseado em sólida pesquisa doutrinária, jurisprudencial e de direito comparado para delimitar as hipóteses de verificação do dano moral e de sua reparação civil. Além de desenvolver estudos relativos à fixação de uma teoria geral do dano moral, ele aborda a evolução histórica e legislativa do tema no direito brasileiro.

Direito de Execução Penal



Coordenada por Luiz Regis Prado, a obra traz importantes contribuições aos estudos e pesquisas relacionadas à Lei de Execução Penal e ao sistema penitenciário. Entre os temas abordados pelo livro estão a estruturação dos presídios federais, a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal e as regras para concessão do benefício do indulto e de comutação de pena.

Seja amigo da voz

Você se preocupa em cuidar da voz? Com exceção dos cantores e atores que usam a voz como ferramenta de trabalho, as pessoas em geral dão pouca atenção à saúde vocal, preocupando-se apenas quando são acometidas por uma faringite, rouquidão ou algum outro tipo de problema que prejudica a fala.

Ao contrário do que a maioria das pessoas imagina, o aparelho vocal precisa de atenção como qualquer outra parte do corpo. Com o objetivo de informar sobre os cuidados necessários para evitar distúrbios e falhas na voz, foi criado o Dia Mundial da Voz (World Voice Day), celebrado no dia 16 de abril.

“As pessoas normalmente dão pouca importância para a voz, mas ela requer cuidados. Alguns profissionais necessitam zelar mais, como os atores e cantores, mas todos precisam prevenir. Os magistrados, por exemplo, passam horas falando, seja no Pleno, nas Câmaras no Tribunal do Júri ou em audiências, então precisam ficar atentos”, destaca Ana Preuss, gerente do Programa Bem Viver, do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Ela ressalta que alguns cuidados são fundamentais para cuidar do aparelho vocal, como falar sem esforço, articular bem as palavras, beber bastante água, fazer repouso vocal, evitar pigarrear, sussurrar ou gritar.

Além dessas recomendações, Ana Preuss – que é fonoaudióloga – ressalta que é necessário fugir dos vilões da saúde vocal: o cigarro e a bebida alcoólica. Quando a fumaça é tragada, por conta do calor, ela agride todo o sistema respiratório, principalmente as pregas vocais. O excesso de bebida alcoólica também é prejudicial, porque diminui a sensibilidade.

Esteja atento à sua saúde vocal e identifique possíveis sinais de alerta. Alterações na voz podem ser sinal de doenças como papiloma, cancro da laringe, paralisia das cordas vocais, laringite crônica, entre outras. Cuidar nunca é demais.



Cuidados

- Fazer uma alimentação equilibrada, rica em fibras e proteínas
- Beber bastante água e praticar exercício físico
- Não gritar em excesso nem em tom agudo e falar pausadamente
- Não fumar nem abusar de bebidas gasosas
- Dormir bem

SINAIS DE ALERTA

- Alterações na voz
- Tosse frequente
- Alterações no timbre da voz ou dificuldade em colocar a voz
- Pigarro ou rouquidão com frequência

Profissão Servidor



Ascom/TJMT

Nome: Elisângela Joana de Souza

Cargo: Chefe de Divisão

Idade: 39 anos

Local de Trabalho:

Segunda Secretaria Cível

Perfil profissional - Uma pessoa dedicada, colaboradora e comprometida com o trabalho.

Mudanças - Com 19 anos de casa, ela se lembra da época em que tudo era feito manualmente, com muita dificuldade, inclusive

o lançamento das decisões dos desembargadores e agradece a Deus pelas mudanças ocorridas neste tempo.

“A implantação tecnológica ocorrida anos atrás no TJMT facilitou a vida dos servidores, graças a Deus. Para mim o mais marcante foi a implantação do Sistema Primus, utilizado para fazer publicações. Ele revolucionou o trabalho facilitando sobremaneira as publicações de documentos e ainda minimizou o risco de erros”, afirma.

Progresso pessoal - Elisângela também afirma que depois

que começou a trabalhar no Tribunal ela foi modificando a sua vida. Fez faculdade de direito, duas pós-graduações, passou no exame da Ordem dos Advogados e teve um filho lindo. Também fez vários cursos internos que possibilitaram crescimento pessoal e profissional, dentre eles ela se lembra com carinho do curso para aprender a trabalhar com computador, já que quando entrou no TJ os trabalhos eram realizados com a ajuda da máquina manual de escrever.

Amor pela profissão - Apaixonada por seu serviço, a servidora afirma que sente muito orgulho do que faz, pois é com o trabalho que ela se realiza e se completa. Por conta disso, ela sonha em advogar quando se aposentar.

Ao ser perguntada sobre porque seu serviço é importante para o jurisdicionado, ela não titubeia e responde: “faço tudo com celeridade e comprometimento, tentando entregar um trabalho de eficiência e qualidade para aquele que espera uma resposta da justiça. Aqui na secretaria trabalhamos como braços e pernas dos magistrados. Eles decidem e nós damos andamento para que tudo seja feito da mais perfeita forma”.

Lazer - Muito viva, ela gosta de aproveitar o tempo livre para congrega na Igreja que frequenta e também para passear com o filho na casa dos amigos e parentes. Ela também afirma que gosta de tudo em Cuiabá, pois é uma cidade hospitaleira e alegre.

Justiça Pra que Te Quero

JEI quer ampliar competência

A primeira experiência do Juizado Especial Itinerante (JEI), após dois anos de paralisação dos serviços, mostrou que a competência do Juizado precisa ser ampliada, para atender a real demanda da população.

Em 24 de março, o serviço foi reativado, e o município escolhido foi Acorizal (62 km ao norte de Cuiabá). Ali, juízes e equipe de apoio encontraram pessoas em busca de atendimentos que não são próprios dos Juizados Especiais, como pensão alimentícia ou questões previdenciárias.

Mesmo assim, essas pessoas não ficaram sem resposta. “Dependendo do caso, fazíamos o encaminhamento ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou à Central de Conciliação e Mediação de Cuiabá”, disse o juiz Emerson Cajango, um dos dois magistrados responsáveis pelo JEI.

Embora as demandas que chegaram ao JEI não fossem próprias dos Juizados Especiais, que tem como proposta aceitar processos de menor complexidade, em que o valor da causa não ultrapasse os 40 salários mínimos, como por exemplo ações de despejo para uso próprio, inscrição indevida do nome do cidadão no SPC ou Serasa, discussão de contratos, execução de cheques ou atraso de voos, o magistrado considerou que o saldo foi positivo, pois cumpriu a missão de aproximar o cidadão do Poder Judiciário.

“A presença da Justiça no município e principalmente nos distritos é fundamental para o cidadão sentir que está recebendo assistência”, destacou o magistrado.

Emerson Cajango pretende agora se reunir com o desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, com o objetivo de solicitar a mudança de competência do JEI, dando plenos poderes aos magistrados que atuam no JEI para receberem processos referentes a alimentos ou homologarem acordos, por exemplo.

Na ocasião da reinauguração do JEI, em 24 de março, o desembargador já anunciava que pretendia estudar a reformulação da atividade desenvolvida pelos



Ascom/TJMT



Emerson Cajango

Juizados, com a intenção de ampliar as áreas de atuação dos órgãos. “A ideia é ampliar as competências dos juizados, para que eles possam atuar em questões como Direito de Família e Previdenciário, áreas de grande relevância social e com muitas demandas”, disse o desembargador.

Só de encaminhamentos para audiências na Central de Conciliação e Mediação de Cuiabá, com dia e hora marcados, foram 12. Atendimentos que resultaram em acordos e foram encaminhados totalizaram nove. Também foram prestadas 34 orientações sociais tanto em Acorizal como no Distrito de Baús.

Atendimentos realizados entre 24 e 28 de março

- conflitos entre vizinhança
- divisão de tapume
- divórcio
- regulamentação de pensão alimentícia e visitas
- reconhecimento de paternidade
- cobrança
- aposentadoria por invalidez e nulidade
- dilapidação de patrimônio
- orientações sociais

PRÓXIMAS PARADAS

- abril – Comunidade de Água Fria
- maio – Rio da Casca, Nossa Senhora do Livramento e Distrito da Guia
- junho - Passagem da Conceição, Capão Grande
- julho – Mimoso
- agosto – Coxipó da Ponte, São Pedro da Joselândia e Santo Antônio do Leverger

Sem Embargos

Acordo põe fim a greve

Após intervenção do Poder Judiciário, os professores da rede pública municipal de ensino de Várzea Grande encerraram uma greve que durou 37 dias. Para promover o acordo entre a categoria e a administração municipal e evitar mais prejuízos às milhares de crianças que estavam perdendo aula, a atuação do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça foi essencial.

Inconstitucionalidade

O Tribunal Pleno declarou inconstitucional a Lei Estadual nº 8966/2008 que garante a ex-governadores segurança bancada pelos cofres públicos. A lei foi proposta e aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada durante o governo Blairo Maggi. Em seis anos de vigência, o primeiro e único a ser beneficiado pela lei foi o próprio ex-governador e hoje senador Blairo Maggi.

Juizado do Torcedor



O presidente do TJMT, Orlando Perri, assinou termo de cooperação que permite o funcionamento do Juizado Especial do Torcedor (JET) no estádio do Verdão. O acordo foi firmado na sede do TJMT para prestar atendimento imediato às demandas de menor potencial ofensivo ocorridas durante as partidas de futebol. A ação é uma parceria entre Justiça Estadual, Ministério Público, Defensoria Pública e Governo do Estado.